



ATA N.º 2

---Faltou o membro Sra. Virgínia Maria da Silva Pinheiro.-----

---Depois de verificadas as legitimidades das cidadas Nemésia de Jesus Silva Medeiros e Carina de Fátima Medeiros Silva para o exercício do cargo de membros desta Assembleia Municipal e conferidas a suas identidades, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou-as instaladas para desempenhar as respetivas funções.-----

---Assistiram ainda à sessão os Srs. Vereadores Luís Jorge Borges Fernandes, Luís Dutra Borges e Paula Torres Tavares, em substituição do Sr. Vereador Carlos Alberto

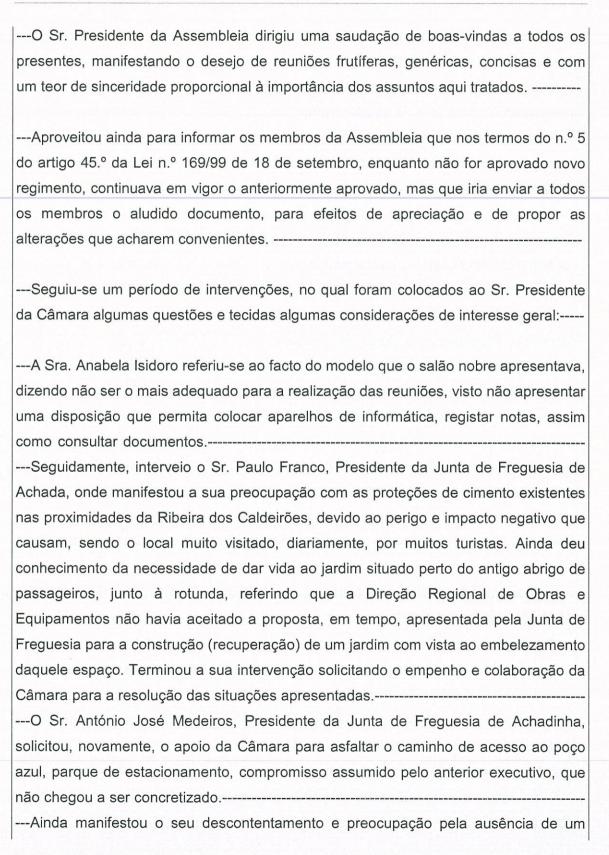


Medeiros Mendonça
Secretariaram a sessão as Sras. Maria Serafina da Silveira Raposo Medeiros e Sara
Raquel Mendonça de Sousa, 1.ª e 2.ª secretárias, respetivamente
Verificada, assim a presença da maioria dos membros que constituem a Assembleia
Municipal, o Sr. Presidente declarou, em nome da Lei, aberta a sessão
Municipal, 0 St. 1 residente deciarou, em nome da Lei, aberta a sessao
ANTES DA ORDEM DO DIA
CORRESPONDÊNCIA
A Assembleia tomou conhecimento da correspondência recebida das seguintes
entidades, depois de feita a leitura da mesma:
1- Ofício número dois mil quatrocentos vinte e dois, de vinte e seis de outubro
último, da Câmara Municipal de Nordeste, remetendo a carta recebida de Dom João
Lavrador, Bispo de Angra e Ilhas dos Açores;
2- Ofício número dois mil quatrocentos quarenta e três, de trinta e um de outubro
último, da Câmara Municipal de Nordeste, enviando o Voto de Pesar, aprovado na
reunião daquele órgão, realizada a vinte e sete do mesmo mês;
3- Ofício número dois mil seiscentos e doze, de vinte e oito de novembro findo, da
Câmara Municipal de Nordeste, enviando o Protesto apresentado pelos membros
eleitos naquele órgão pelo Partido Social Democrata, na reunião ordinária de vinte e
sete do mesmo mês;
4- Ofício número dois mil seiscentos quarenta e nove, de treze de dezembro
corrente, da Câmara Municipal de Nordeste, enviando cópia da notificação recebida do
Ministério Público da Procuradoria da República da Comarca dos Açores, relativo ao
arquivamento do inquérito realizado no âmbito da participação da Inspeção Regional
da Administração Pública, na sequência da inspeção ordinária ao Município do
Nordeste
5. Ofício número dois mil seiscentos cinquenta e dois, de treze de dezembro
corrente, da Câmara Municipal de Nordeste, enviando as atas das respetivas reuniões,
respeitantes aos meses de setembro, outubro e novembro do corrente ano

Nordeste, 21 de dezembro de 2017









médico de família no Centro de Saúde de Nordeste. Frisou que a vaga deixada pelo
médico que se ausentou deveria ter sido preenchida com outro profissional. Adiantou,
todavia, que sendo o Nordeste um Concelho envelhecido, existem muitos idosos que
necessitam de cuidados de saúde permanentes
Relativamente à intervenção da Sra. Anabela Isidoro, o Sr. Presidente da
Assembleia Municipal, disse que a questão ficava em aberto, sendo equacionado, se
possível, a reorganização do espaço
Quanto às questões colocadas pelo Sr. Paulo Franco, Presidente da Junta de
Freguesia de Achada, o Sr. Presidente da Câmara informou que seria enviado ofício
às entidades competentes para a realização da reunião com vista à apresentação dos
assuntos referidos, equacionando a sua possível e urgente resolução
No que diz respeito dos assuntos expostos na intervenção do Sr. António José
Medeiros, Presidente da Junta de Freguesia de Achadinha, o Sr. Presidente da
Câmara referiu que esteve reunido com o Sr. Diretor do Turismo tendo apresentado os
assuntos explanados, estando neste momento a aguardar uma resposta
Ainda sobre a falta de um médico de família no Centro de Saúde do Nordeste disse
ser preocupação sua e que já havia solicitado reunião com o Governo Regional, sendo
este um dos assuntos a abordar na audiência solicitada. Disse estar atento a todas as
situações e que diligenciará no sentido da efetiva resolução de todos os problemas
ORDEM DO DIA
INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA, BEM COMO DA SITUAÇÃO
FINANCEIRA DO MUNICIPIO
Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013,
de doze de setembro, o Sr. Presidente da Câmara apresentou à Assembleia Municipal
a atividade camarária, bem como a situação financeira do Município, a qual foi
remetida a este órgão, através do ofício número dois mil seiscentos cinquenta e um,
de treze de dezembro corrente
A Assembleia tomou conhecimento
Sobre este assunto, a Sra. Anabela Isidoro questionou o Sr. Presidente da Câmara
acerca do processo do Tribunal relacionado com pagamento da divida à Antecipe,





assim como da situação duma pequena parcela de terreno localizada na zona
adjacente ao parque de campismo, nomeadamente se a decisão do Tribunal tinha sido
dada a conhecer aos membros do órgão executivo
O Sr. Presidente da Câmara informou que o processo da divida da Antecipe estava
resolvido, em virtude de se ter chegado a um acordo no valor de € 70.000,00 em vez
do €136.000,00 pretendidos inicialmente e quanto ao processo da parcela do terreno
acima referenciado disse também que o assunto estava a ser tratado, argumentando
que o parque de estacionamento do Parque de Campismo estava inserido no terreno
propriedade do Sr. António Fernandes e declarou ter informado o executivo
A Sra. Carina de Fátima Medeiros Silva, também pediu a palavra para informar que
os caminhos agrícolas de São Pedro de Nordestinho se encontravam em mau estado
(quase intransitáveis), no seguimento dos estragos do dia um de dezembro corrente,
pelo que solicitou o apoio da Câmara para a sua recuperação, tendo o Sr. Presidente
da Câmara respondido que os técnicos já tinham feito o levantamento exaustivo dos
estragos causados pela intempérie de 1 de dezembro em todas as freguesias do
Concelho. De seguida foi elaborado um relatório, pormenorizado, dos estragos
verificados a nível freguesia e posteriormente enviado ao Sr. Presidente do Governo
Regional dos Açores, dizendo esperar que a resposta ao mesmo seja positiva
O Sr. Presidente da Câmara acrescentou, ainda, que após o conhecimento dos
estragos resultantes do temporal ocorrido no dia um de dezembro verificou que
realmente os caminhos não estavam nas condições desejáveis, contudo, consegue-se
neles circular, esclarecendo que o Sr. Vereador com competência na matéria registou
todas as ocorrências e que iria avançar com a resolução das mesmas quando o tempo
assim o permitir
RELATÓRIO DE PROTEÇÃO CIVIL - ESTRAGOS DO TEMPORAL OCORRIDO
NO DIA 1 DE DEZEMBRO DE 2017
Presente o documento referenciado em epígrafe, relativo aos estragos do temporal
ocorrido no dia um de dezembro corrente
A Assembleia tomou conhecimento
- 1900년(1901년 1901년 1



---PROPOSTA DE ORÇAMENTO E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICIPIO DO NORDESTE PARA 2018--------Presente a Proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Nordeste para dois mil e dezoito, para efeitos de aprovação de acordo com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea c) e artigo 25.º, n.º 1 alínea a) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, acompanhada da apreciação técnica da Direção-Geral das Autarquias Locais, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto. --------Na Proposta de Orçamento foi prevista uma receita total de € 5.706.259,00 (cinco milhões setecentos e seis mil duzentos cinquenta e nove euros), sendo € 4.896.431,00 (quatro milhões oitocentos noventa e seis mil quatrocentos trinta e um euros) de receitas correntes e € 809.828,00 (oitocentos e nove mil oitocentos e vinte e oito euros) de receitas de capital, para uma despesa total de igual montante, sendo € 3.769.898,00 (três milhões setecentos sessenta e nove mil oitocentos noventa e oito euros) de despesas correntes e € 1.936.361,00 (um milhão novecentos trinta e seis mil trezentos sessenta e um euros) de despesas de capital.--------O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de € 876.207,00 (oitocentos setenta e seis mil duzentos e sete euros), e nas Atividades Mais Relevantes de € 966.008,00 (novecentos sessenta e seis mil e oito euros).--------Integrou o presente Orçamento o Mapa de Pessoal deste Município, nos termos do disposto no n.º 4, artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.-----------------O Sr. Presidente da Câmara fez saber que o Plano e Orçamento não era o idealizado por este executivo, contudo esclareceu que existiam projetos em curso do anterior executivo os quais segundo a lei têm de ser respeitados.-------A Sra. Anabela Isidoro apresentou a declaração de voto que leu na íntegra e que a seguir se transcreve:--------"De acordo com o artigo 93.º da primeira alteração à Lei n.º169/99 de 18 de setembro, Lei n.º5-A/2002 de 11 de janeiro, os representantes na Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista apresentam a seguinte declaração de voto:-------Em primeiro lugar há a considerar que o orçamento de 5.706.259€, apresentado para o ano de 2018, é real e bem diferente dos orçamentos apresentados no passado pelo PSD/Nordeste. Este é um sinal de que a atual equipa teve em consideração as



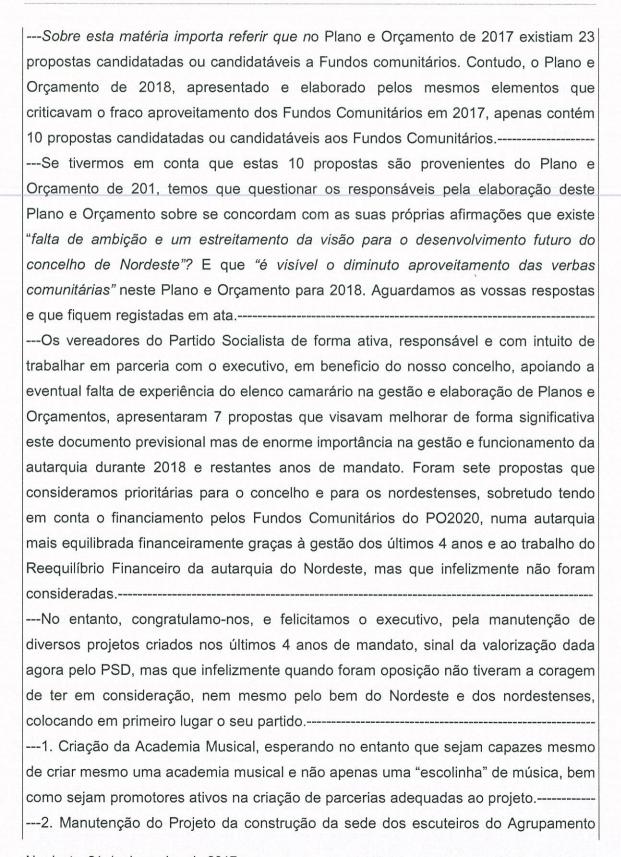
Saussa

Assembleia Municipal do Nordeste

boas práticas levadas a cabo, nesta matéria nestes últimos 4 anos.------Há cerca de dois anos, mais precisamente a 11 de dezembro de 2015 os membros eleitos pelo PSD na Assembleia Municipal de Nordeste, alguns deles, agora responsáveis pela elaboração desta proposta de Plano e Orçamento, afirmavam sobre a Proposta do Plano e Orçamento para 2016, então apresentada. "Não se entende as linhas estratégicas do Plano dado que, verifica-se a ausência de investimentos, cifrando-se as despesas correntes em 3.525.719 euros, o que corresponde a mais de 77% das despesas de capital, ou seja, 1.981.027euros." Hoje as mesmas pessoas apresentam um Orçamento em que as despesas correntes e de capital são bastante semelhantes àquelas de 2016 e que foram criticadas por terem "ausência de investimento". É portanto, legítimo questionar se nesta proposta de Orçamento para 2018 também se verifica uma ausência de investimento. ---Há cerca de um ano, a 14 de dezembro de 2016, aquando da votação do Plano e Orçamento de 2017, os membros da assembleia eleitos pelo PSD e agora responsáveis pela elaboração da proposta de Plano e Orçamento para 2018, diziam que: "Os membros da Assembleia Municipal, eleitos pelo PSD, constatam, também, a sucessiva referência das rúbricas "Outros" com quantias avultadas, o que poderá indiciar uma falta de clareza na aplicação destas verbas ou um premente receio de derrapagem orçamental." No Orçamento de 2017, a rúbrica 01.02.02 - 0225 (Outros serviços), apresentava um valor de 56 500€ e o Orçamento para 2018, na mesma rúbrica, apresenta um valor de 201 250€, valor bem mais elevado. Receamos que tal seja indício de "falta de clareza na aplicação das verbas" ou até mesmo um " premente receio de derrapagem orçamental"--------Na mesma reunião da Assembleia Municipal, para aprovação da Proposta do Plano e Orçamento para 2017, os então membros da Assembleia Municipal eleitos pelo PSD e agora responsáveis pela elaboração deste Plano e Orçamento para 2018, afirmavam em declaração de voto: "No documento está plasmado uma falta de ambição e um estreitamento da visão para o desenvolvimento futuro do concelho de Nordeste. Numa conjuntura favorável, a abertura de um novo Quadro de Fundos Comunitários, é visível o diminuto aproveitamento das verbas comunitárias. ...é de lamentar, que este elenco camarário não usufrua deste cenário propício para alavancar o desenvolvimento do

concelho do Nordeste."----







d Sugar

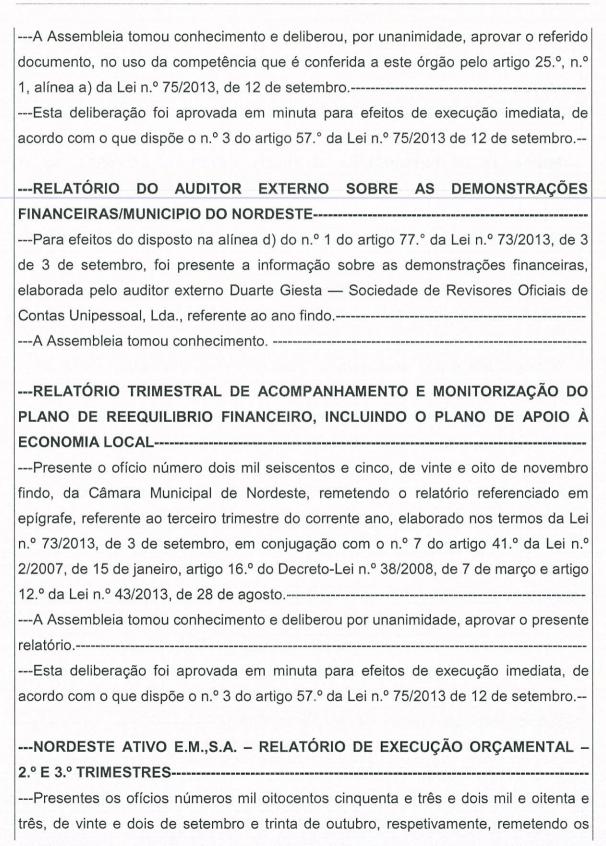
720 da Vila de Nordeste, anseio de há muitos anos deste agrupamento que merece
tratamento idêntico ao de outros agrupamentos existentes no concelho
3. A manutenção do Projeto da Revisão do PDM do Nordeste
4. Recuperação e dinamização da casa da cultura João de Melo
5. Continuação do Projeto de Construção da via alternativa entre a Vila e Lomba da
Fazenda
6. Transformação da Hospedaria de S. Jorge em Hostel
7. Manutenção do Projeto da Quinta da Lazeira, não percebendo no entanto a razão
de não existir uma rubrica já para o ano de 2018
8. Continuação do projeto de Reabilitação dos Moinhos da Ribeira do Guilherme
9. Continuação do projeto da Tenda do Artesão em Santana
10. Continuar o objetivo de Aquisição e recuperação de habitação fechada e/ou
degradada no concelho para arrendamento social
11. Manutenção dos projetos de Reabilitação urbana dos centros de Santana e
Achada
12. Elaboração e atualização da carta com os trilhos pedestres no concelho
13. Continuidade do Cartão Dar Vida aos Anos: Apoio aos Medicamentos, Apoio
para pequenas reparações - Oficina Domiciliária e o serviço de Teleassistência
(Isolamento Zero)
14. Manutenção do Apoio á natalidade
15. Aquisição de Mini-autocarro (Sugerimos a aquisição de uma viatura elétrica,
podendo ser apoiado financeiramente)
16. Manutenção das Bolsas de estudo aos alunos do Ensino Superior
17. Continuação da Renovação da frota de viaturas do município
18. Casa do Conhecimento (PO2020 e com áreas já mapeadas pelo Governo
Regional)
19. Continuar a aproximar o Poder Local das pessoas com o Orçamento
Participativo
20. Manutenção do Projeto Ciência Divertida para o 1º ciclo ensino básico
Assim, o Partido Socialista, utiliza as palavras do PSD no passado para definir este
Plano e Orçamento, como sendo "mais do mesmo"! E por esta razão, e por tudo o que



atrás foi inscrito, vamos apresentar a nossa abstenção nesta votação do Plano e ---O Sr. Presidente da Câmara referiu que todas as questões levantadas quanto ao Orçamento de 2018, entre outros inscritos na declaração de voto já haviam sido, por várias vezes esclarecidos ao pormenor nomeadamente na reunião do direito de oposição, assim como em reunião de Câmara. Disse lamentar a falta de comunicação existente com os seus elementos representativos na Assembleia Municipal, aos quais deveriam ter transmitido, em tempo útil, todos os esclarecimentos já prestados, várias vezes, repetidas vezes, acerca dos assuntos apresentados. ----------Disse que não ia esclarecer, novamente, o que já estava por demais explicado. --------Após as referidas intervenções passou-se à respetiva votação, tendo a Proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Nordeste para o ano de dois mil e dezoito sido aprovada por dezasseis votos a favor e sete abstenções, tendo os membros do Partido Socialista justificado a sua votação, através da Declaração de Voto acima transcrita. ---------Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.-----PROPOSTA DA 4.ª REVISÃO DA RECEITA E DA DESPESA PARA O ANO FINANCEIRO DE 2018---------Presente a proposta da 4.ª Revisão da Receita e da Despesa deste Município para o corrente ano, no valor de € 3.205,00 (três mil duzentos e cinco euros) que visa a abertura de duas rubricas, uma na receita para incluir a verba proveniente da distribuição dos resultados líquidos pela participação deste Municipio no capital social do FAM e a outra na despesa para prever "Outras prestações familiares - subsídio de morte". Procedeu-se ainda à eliminação do valor da rubrica da receita -"Equipamentos de Transporte", uma vez que foi anulado o procedimento relativo à venda dos veículos em fim de vida, por falta de pagamento do adjudicatário.--------Acompanhou o referido documento o parecer emitido pela Direção-Geral das Autarquias Locais, conforme determina a alínea b), do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.°43/2012, de 28 de agosto.-----







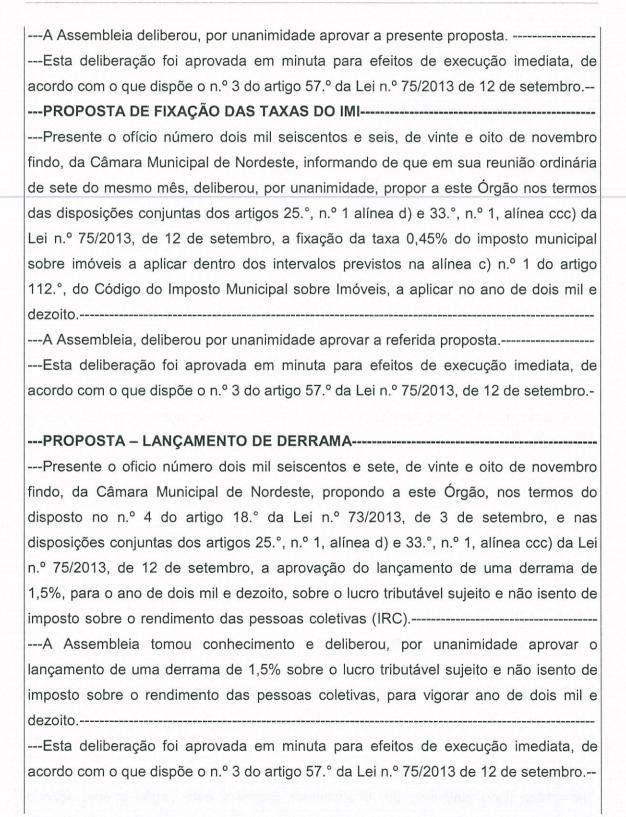
Nordeste, 21 de dezembro de 2017



documentos referenciados em epígrafe, em cumprimento do disposto na alínea e) do
n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, alterada da Lei n.º 69/2015 de
16 de julho
A Assembleia tomou conhecimento
PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO DA NORDESTE ATIVO,
E.M.M, SA
Presente o ofício número dois mil seiscentos e três, de vinte e oito de novembro
findo, da Câmara Municipal de Nordeste, propondo a este órgão, nos termos do
disposto no artigo 11.º, n.º 2, alínea e) dos Estatutos da Nordeste Ativo, E.M.,S.A., e
no artigo 26.º, n.º 3 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a designação de Duarte
Giesta & Associado Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda para fiscal único
da referida Empresa
A Assembleia depois de analisar a presente proposta deliberou, aprová-la, por
unanimidade
Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de
acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
PROPOSTA – SEGURO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Presente a proposta referenciada em epígrafe, subscrita pelo Sr. Presidente da
Assembleia Municipal, cujo conteúdo a seguir se transcreve:
" O artigo 17.°, n.° 1 da Lei n.° 29/87, de 30 de Junho (Estatuto dos Eleitos Locais)
dispõe que os membros dos órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes
pessoais mediante deliberação do respetivo órgão, que fixará o seu valor
No mandato anterior o valor fixado por esta Assembleia Municipal foi o seguinte:
Morte ou invalidez permanente - € 55.000,00;
Subsídio diário por incapacidade temporária – € 30,00;
Subsídio diário por internamento hospitalar - € 30,00;
Despesas de Tratamento e Repatriamento – € 6.000,00;
Despesas de Funeral - € 3.000,00"
Face ao exposto, proponho que se mantenha o mesmo valor do seguro fixado no
mandato anterior para os membros desta Assembleia Municipal"







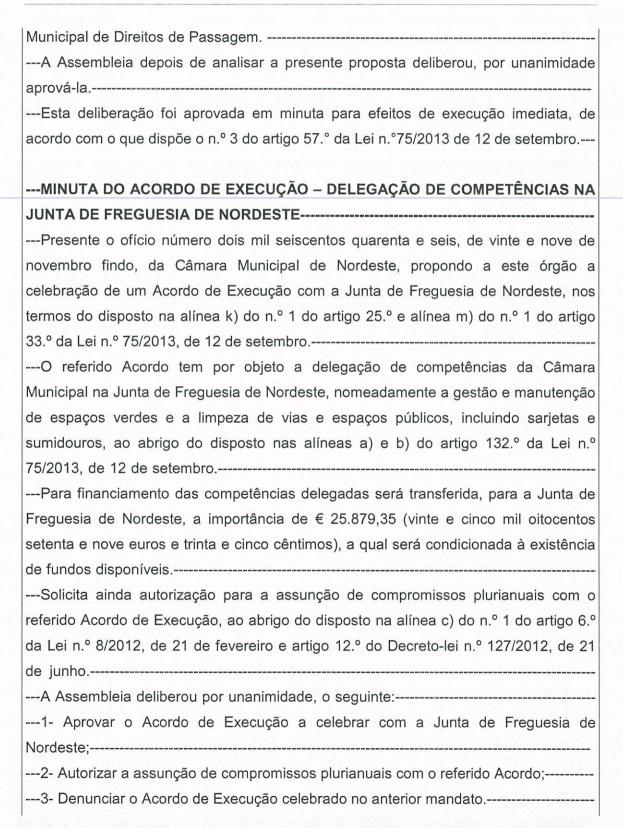


---PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL ---Presente o ofício número dois mil seiscentos e oito, de vinte e oito de novembro findo, da Câmara Municipal de Nordeste, informando que nos termos do disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios têm direito em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicilio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do artigo 69º.--------Face ao exposto, a Câmara Municipal na sua reunião ordinária de sete de novembro findo, deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea ccc), n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor a este Órgão a fixação da taxa de 5% referente à participação variável deste Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.--------A Assembleia tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-------Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.-----PROPOSTA – FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM-------Presente o ofício número dois mil seiscentos e nove, de vinte e oito de novembro findo, da Câmara Municipal de Nordeste, informando de que nos termos do artigo 106°, n.º 3, alíneas a) e b) da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 83-B/2014, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 127/2015, de 3 de setembro o percentual a aplicar para determinação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0.25%.-------Face ao exposto, a Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de sete de novembro findo, deliberou por unanimidade propor a este Órgão a aprovação do

percentual de 0,25% a aplicar no ano de dois mil e dezoito para determinação da Taxa



Of Sough



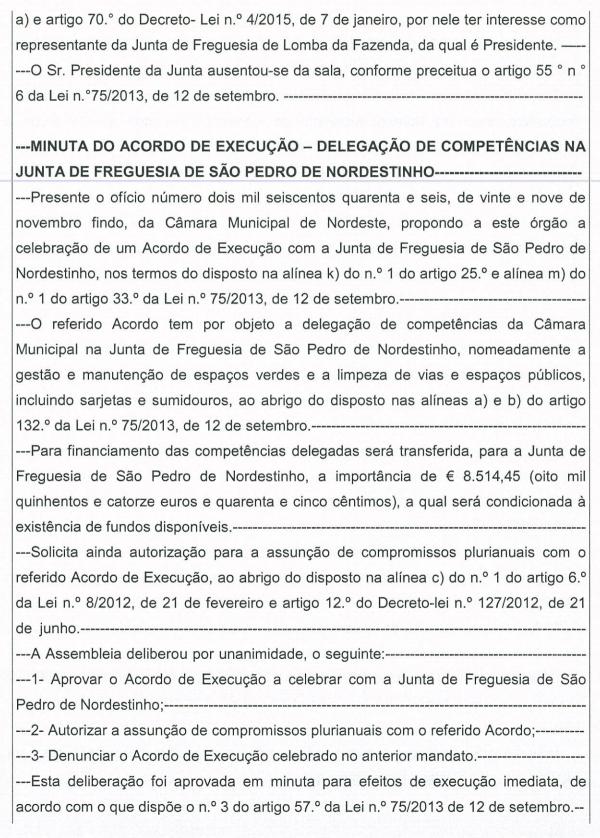


---Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.--

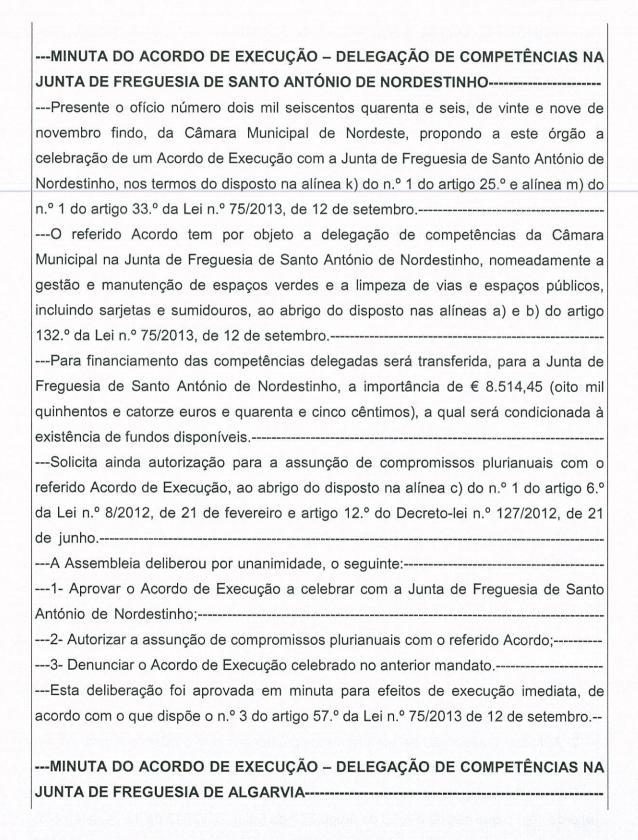
---MINUTA DO ACORDO DE EXECUÇÃO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE LOMBA DA FAZENDA---------Presente o ofício número dois mil seiscentos quarenta e seis, de vinte e nove de novembro findo, da Câmara Municipal de Nordeste, propondo a este órgão a celebração de um Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Lomba da Fazenda, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.--------O referido Acordo tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Lomba da Fazenda, nomeadamente a gestão e manutenção de espaços verdes e a limpeza de vias e espaços públicos, incluindo sarjetas e sumidouros, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 132.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.--------Para financiamento das competências delegadas será transferida, para a Junta de Freguesia de Lomba da Fazenda, a importância de € 18.541,95 (dezoito mil quinhentos quarenta e um euros e noventa e cinco cêntimos), o qual será condicionada à existência de fundos disponíveis.--------Solicita ainda autorização para a assunção de compromissos plurianuais com o referido Acordo de Execução, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 12.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho.------- A Assembleia deliberou por unanimidade, o seguinte:--------1- Aprovar o Acordo de Execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Lomba da Fazenda:--------2- Autorizar a assunção de compromissos plurianuais com o referido Acordo;--------3- Denunciar o Acordo de Execução celebrado no anterior mandato.--------Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.---O Sr. Presidente da Junta de Freguesia não participou na votação do presente assunto por se encontrar impedido, nos termos do disposto no artigo 69.º, n.º 1, alínea





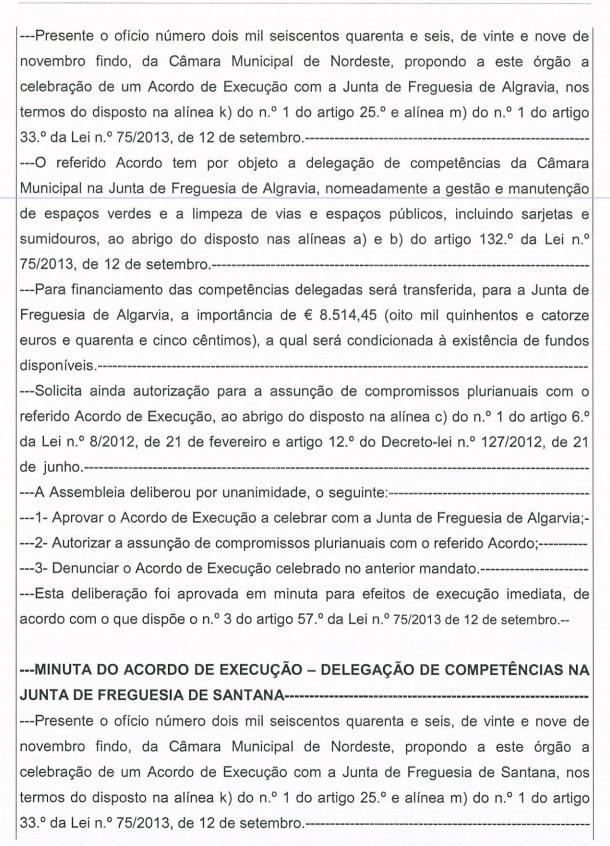






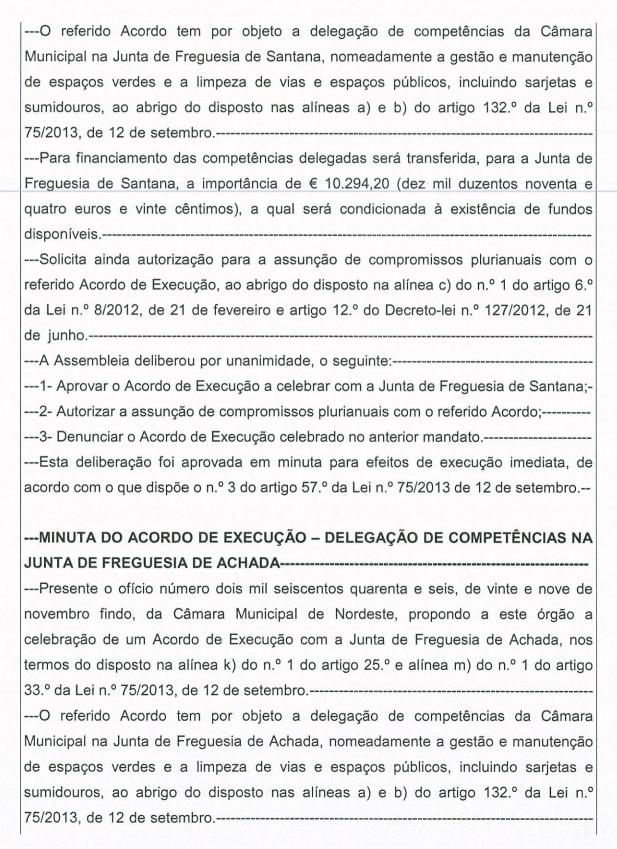






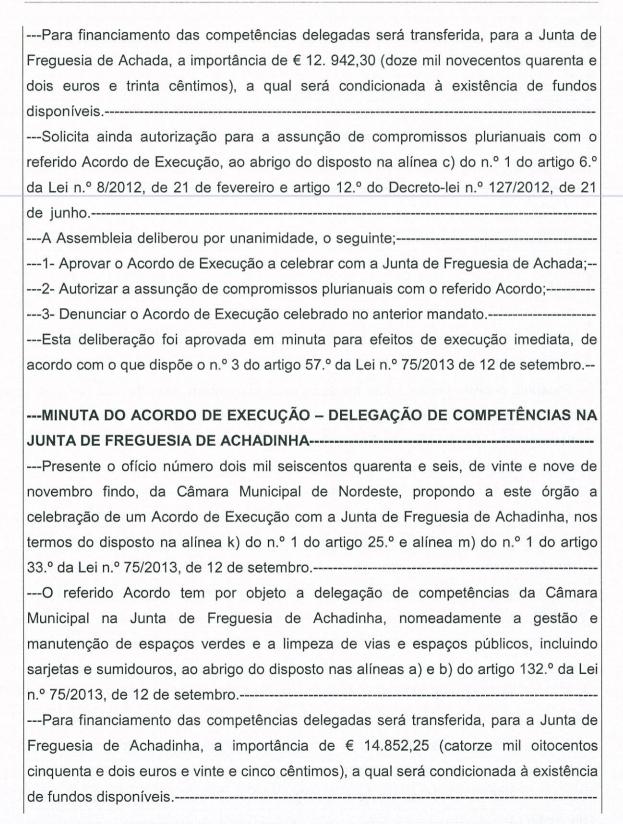
Nordeste, 21 de dezembro de 2017



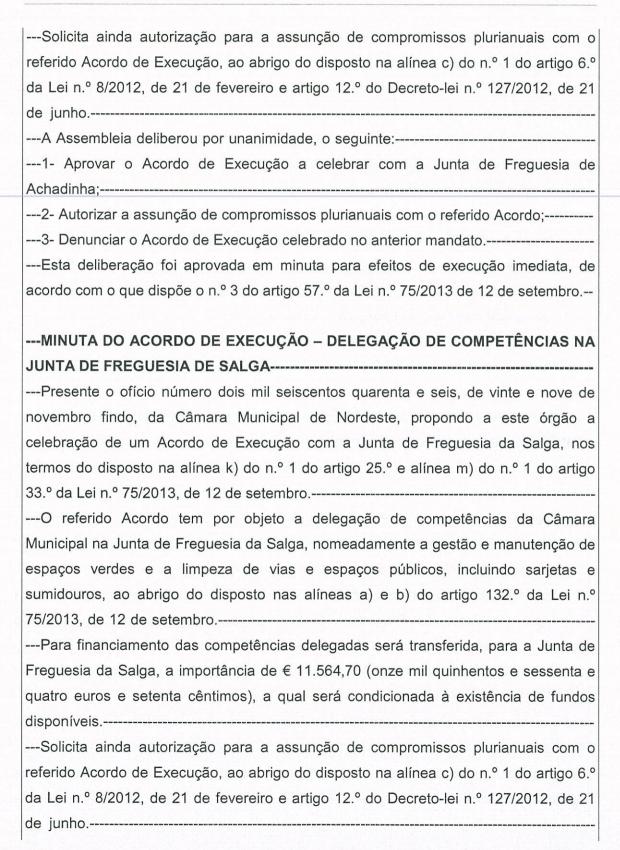






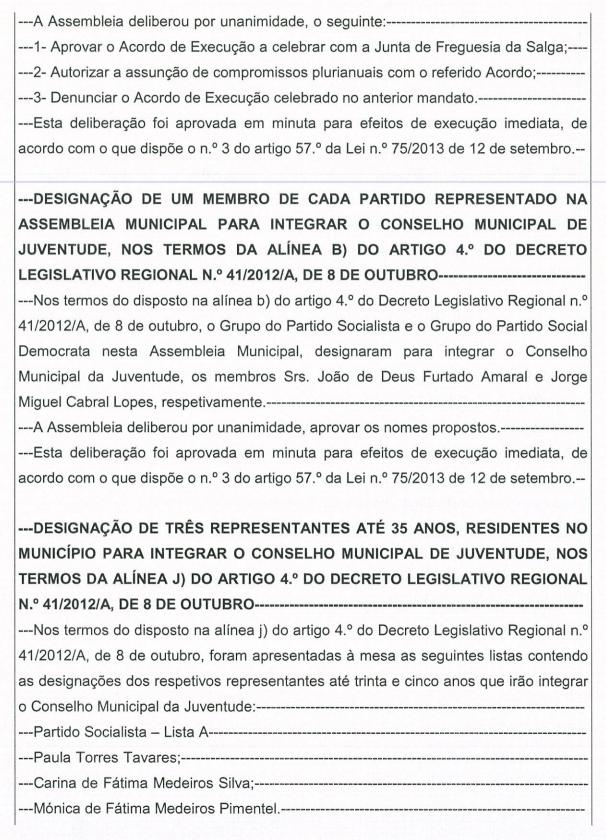












Nordeste, 21 de dezembro de 2017



Partido Social Democrata – Lista B
Cláudia de Jesus Mendonça Botelho;
Valter Simas Amaral;
Ruben Soares
Seguidamente, procedeu-se à votação das referidas listas, tendo a Lista A obtido
sete votos, e a Lista B dezasseis votos
Em face de tais resultados, ficaram assim designados para integrar o Conselho
Municipal da Juventude os seguintes elementos:
Cláudia de Jesus Mendonça Botelho;
Valter Simas Amaral;
Ruben Soares
Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de
acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA
COMISSÃO DE DROTEÇÃO DE CRIANCAS E JOVENS DE NORDESTE
COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE NORDESTE
Presente o oficio número oitenta, de trinta de outubro último, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nordeste, solicitando nos termos do disposto no
Presente o oficio número oitenta, de trinta de outubro último, da Comissão de
Presente o oficio número oitenta, de trinta de outubro último, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nordeste, solicitando nos termos do disposto no
Presente o oficio número oitenta, de trinta de outubro último, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nordeste, solicitando nos termos do disposto no artigo 17.º, alínea I) da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, a nomeação dos
Presente o oficio número oitenta, de trinta de outubro último, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nordeste, solicitando nos termos do disposto no artigo 17.º, alínea I) da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, a nomeação dos representantes deste Órgão na referida Comissão.
Presente o oficio número oitenta, de trinta de outubro último, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nordeste, solicitando nos termos do disposto no artigo 17.º, alínea I) da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, a nomeação dos representantes deste Órgão na referida Comissão
Presente o oficio número oitenta, de trinta de outubro último, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nordeste, solicitando nos termos do disposto no artigo 17.º, alínea I) da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, a nomeação dos representantes deste Órgão na referida Comissão
Presente o oficio número oitenta, de trinta de outubro último, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nordeste, solicitando nos termos do disposto no artigo 17.°, alínea I) da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, a nomeação dos representantes deste Órgão na referida Comissão
Presente o oficio número oitenta, de trinta de outubro último, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nordeste, solicitando nos termos do disposto no artigo 17.°, alínea I) da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, a nomeação dos representantes deste Órgão na referida Comissão
Presente o oficio número oitenta, de trinta de outubro último, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nordeste, solicitando nos termos do disposto no artigo 17.°, alínea I) da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, a nomeação dos representantes deste Órgão na referida Comissão
Presente o oficio número oitenta, de trinta de outubro último, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nordeste, solicitando nos termos do disposto no artigo 17.°, alínea I) da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, a nomeação dos representantes deste Órgão na referida Comissão
Presente o oficio número oitenta, de trinta de outubro último, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nordeste, solicitando nos termos do disposto no artigo 17.°, alínea I) da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, a nomeação dos representantes deste Órgão na referida ComissãoPara o efeito, foram apresentadas as seguintes listas:
Presente o oficio número oitenta, de trinta de outubro último, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nordeste, solicitando nos termos do disposto no artigo 17.º, alínea I) da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, a nomeação dos representantes deste Órgão na referida Comissão





Seguidamente, procedeu-se à votação das referidas listas, tendo a Lista A obtido
sete votos, e a Lista B dezasseis votos
Em face de tais resultados, ficaram assim designados para integrar a Comissão
Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nordeste os seguintes
elementos:
Maria Serafina Silveira Raposo Medeiros;
Filipa Amaral Lima;
Zélia de Fátima Silva Amaral Teixeira;
Tânia Melo
Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de
acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA E RESPETIVO
SUBSTITUTO AO CONGRESSO DA ANMP
Presente o oficio número sessenta e nove, de dezanove de outubro último da
Associação Nacional de Municípios Portugueses, solicitando que sejam eleitos o
Presidente da Junta de Freguesia e seu substituto par representar as Juntas de
Freguesia deste Municipio no Congresso da Associação Nacional de Municípios
Portugueses
Para o efeito, foram apresentadas as seguintes listas:
Partido Social Democrata – Lista A
Luís Miguel da Costa Barbosa, Presidente da Junta de Freguesia da Salga;
Luís Manuel Raposo Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Nordeste,
substituto
Partido Socialista – Lista B
Paulo Manuel Medeiros Franco, Presidente da Junta de Freguesia da Achada;
José Miguel Medeiros Mendonça, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro,
substituto
Seguidamente, procedeu-se à votação das referidas listas, tendo a Lista A obtido
quinze votos, e a Lista B sete votos. Registou-se ainda um voto nulo
Em face de tais resultados, ficaram assim eleitos para representar as Juntas de
Freguesia deste Município no Congresso da Associação Nacional de Municípios

Nordeste, 21 de dezembro de 2017



Portugueses os Srs. Luís Miguel da Costa Barbosa, Presidente da Junta de Freguesia da Salga, o qual será substituído nas suas faltas e impedimentos por Luís Manuel Raposo Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Nordeste,--------ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - PEDIDO DE RATIFICAÇÃO DE ATO--------Presente o oficio número dois mil seiscentos cinquenta e quatro de dezoito de dezembro corrente, da Câmara Municipal de Nordeste solicitado a este órgão a ratificação de um praticado pelo Sr. Presidente da Câmara no uso da faculdade que me confere o artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar a esse órgão a ratificação do ato por mim praticado, relativo à autorização de assunção de compromissos plurianuais com a prestação de serviços na área de direito administrativo, fiscal, civil e comercial com a Sociedade Maria Flor Lopes Associados, Sociedade de Advogados, R.L., uma vez que a mesma compreende 3 anos económicos, a pagar da seguinte forma:--------Ano de 2017 - € 2.950,00;---------Ano de 2018 - € 35.400,00;--------Ano de 2019 - € 35.400,00.---------Aos valores acima referidos acresce o IVA à taxa legal ---A Assembleia deliberou, por dezassete votos a favor e seis abstenções ratificar o ato praticado pelo Sr. Presidente da Câmara, relativo à assunção de compromissos plurianuais em relação à referida prestação de serviços.--------Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.-----A forma de votação utilizada em todas as aprovações foi a de escrutínio secreto, com exceção da votação da ata que foi a de braço no ar, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 37.º do Regimento desta Assembleia Municipal.--------PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO---------Seguiu-se um período de intervenção aberto ao público que, por não estar ninguém presente para intervir, foi dado por encerrado.-----





Antes de encerrar a sessao, o Sr. Presidente da Câmara dirigiu-se aos presentes e
desejou Boas Festas e um Ano Novo feliz extensivo aos seus familiares
Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal congratulou-se pela forma
como decorreu a sessão desta Assembleia Municipal e desejou a todos presentes, um
Feliz Natal e Ano Novo muito próspero
E por não haver mais nada a tratar, e sendo doze horas e quinze minutos, o Sr.
Presidente declarou, em nome da Lei encerrada a sessão, pelo que de tudo para
constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia, e por
mim,

que a redigi e subscrevi.--